



**“ONDE FICA O POTI VELHO?”: CONTRADIÇÕES URBANAS DA CIDADE
DE TERESINA – PIAUÍ**

**“WHERE IS POTI VELHO?”: URBAN CONTRADICTIONS OF THE CITY
OF TERESINA – PIAUÍ**

Amanda Lima

Resumo: Sabendo que a cidade se desenvolve em uma relação constante entre elementos simbólicos e palpáveis, organismo onde se dá as práticas sociais, lutas por memória e conflitos pela apropriação do espaço urbano, o nosso presente artigo se desenrola de modo a compreender as contradições que surgem no seio da cidade de Teresina, capital do Piauí, tendo como foco o bairro Poti Velho. No século XIX, essa região despertou os interesses de mudança da capital do Piauí de Oeiras para Teresina porque já possuía povoamento vantajoso. O bairro possui tradições econômicas, culturais, religiosas e folclóricas ligadas aos rios Poti e Parnaíba e se vale de relevância histórica e turística para Teresina, mesmo assim, a partir de relatos orais, jornais e fotografias, percebemos que cenários de pobreza, exploração e esquecimento pelo poder público, legaram ao Poti Velho uma história de marginalização e invisibilidade na cidade e na memória social.

Palavras-chave: Poti Velho. Cidade. Memória.

Abstract: Knowing that the city develops in a constant relationship between symbolic and palpable elements, an organism where social practices take place, struggles for memory and conflicts for the appropriation of urban space, our present article unfolds in order to understand the contradictions that arise in the city of Teresina, capital of Piauí, focusing on the neighborhood Poti Velho. In the 19th century, this region aroused the interests of moving the capital from Piauí from Oeiras to Teresina because it already had an advantageous settlement. The neighborhood has economic, cultural, religious and folklore traditions linked to the Poti and Parnaíba rivers and it is of historical and tourist relevance for Teresina, even so, from oral reports, newspapers and photographs, we realize that scenarios of poverty, exploitation and forgetfulness by public power, bequeathed to Poti Velho a history of marginalization and invisibility in the city and in social memory.

Keywords: Poti Velho. City. Memory.

Introdução: os caminhos que nos trouxeram até aqui

O presente artigo partiu de uma indagação feita no ano de 2017, quando após três anos residindo em Teresina finalmente descobri o trabalho de homens e mulheres ceramistas do Poti Velho que vieram a ser meu objeto de pesquisa de Mestrado. Na época, me questioneei: por que nunca ouvi falar do trabalho dessas mulheres e das riquezas culturais do bairro Poti Velho? Por que ninguém jamais falou ou me convidou para ir até o bairro? Conhecer o primeiro local



povoado da cidade de Teresina, apreciar a beleza do encontro dos rios Parnaíba e Poti, ir em um dos nove dias dos festejos de São Pedro, e conhecer as peças cerâmicas que colorem boa parte de uma das principais ruas do bairro, por quê?

Tais questões fizeram-se presentes novamente durante as entrevistas que realizei com oito mulheres trabalhadoras ceramistas do Poti Velho em 2019. Questionadas sobre suas histórias, memórias e a relação do bairro com o resto de Teresina, suas respostas foram me fazendo entender alguns motivos de eu não ter ouvido falar do bairro e das dinâmicas socioculturais particulares que nele se desenvolvem em 3 anos morando na capital. Em seus diálogos, surgiram pistas das contradições urbanas que se estabeleceram no desenvolvimento da cidade de Teresina e que deixou o Poti Velho em certa posição de esquecimento.

No presente artigo, optamos por trabalhar com entrevistas de quatro mulheres que esmiuçaram em suas narrativas obstinadamente, e até com certa dose de ressentimentos e expectativas, a relação fragmentada do Poti Velho no seio da capital. Também trabalhamos com jornais que possuem recorte temporal entre 2002 e 2009, e fotografias cedidas pela trabalhadora ceramista, e habitante local, Raimunda Teixeira da Silva. O artigo apresenta resultados qualitativos e parte de uma visão dos próprios habitantes, elencamos suas memórias sobre a relação distante do bairro Poti Velho com as outras regiões da capital Teresina, os impasses com o poder público e seu lugar na história e memória social da cidade.

A divulgação desse estudo dialoga com uma teia de debates sobre memória social que permeiam a história oficial e nos permite repensá-la. Nossas reflexões sobre cidade, memória e cultura local reivindicam uma reflexão sobre a produção da história local e contribuem com a disseminação de pesquisas que privilegiam vozes e territórios socialmente marginalizados, mas também propõem, a partir disso, uma análise pelos leitores sobre suas próprias realidades. Iniciamos com uma jornada na história do Poti Velho, o bairro que gestou a capital do Piauí.

Poti Velho: o bairro que gestou Teresina

A origem do nome Poti Velho deve-se ao fato de um dos rios que margeia o bairro chamar-se Poti. De acordo com Costa (1974), o significado remonta ao passado indígena de sua nascente no Ceará que, traduzido do Tupi para o português, refere-se ao nome que se dá ao camarão. Na região do Poti Velho ocorre o encontro dos rios, o rio Poti conflui suas águas com o rio Parnaíba, outro importante rio que corta a capital de Teresina. Segundo Melo (1993), na



região também já havia presença indígena por volta de 1660, quando Domingos Jorge Velho chegou com sua tropa ao local.

Para Lucas Pereira Coelho (2014), os autores Machado (2002) e Baptista (2009) corroboraram essa versão ao apontarem que registros do século XVII demonstravam a existência de povos indígenas próximo aos rios Poti e Parnaíba, “De acordo com ambos, o que hoje denominamos bairro Poti Velho, seria reduto de índios da tribo Poti, pertencente à nação Tremembé.” (COELHO, 2014, p. 14). O desenvolvimento populacional da região ocorreu devido a suas condições naturais e tornou-se expressivo no século seguinte, os autores

Cardoso e Dourado (2003) afirmam que já na segunda metade do século XVIII a região do hoje considerado bairro Poti Velho, já possuía um considerável contingente populacional e dinâmica vida comercial. Lá, conforme estes autores, residiam populações pesqueiras que, além da pesca, viviam do cultivo de algumas espécies vegetais. (COELHO, 2014, p. 14).

A vasta região que hoje compreende o Poti Velho e bairros próximos era conhecida como Barra do Poti e tornou-se Vila do Poti com um Decreto publicado em 6 de julho de 1832, como aponta Dias (2008). No período, a capital do Piauí era Oeiras, localizada a mais de 300 km da atual capital Teresina. Dias (2008) argumenta que Fernando Antônio de Noronha¹ governava a província na época e considerava Oeiras uma região muito infértil, seca e que não dispunha de boa comunicação com o resto do Piauí, por isso os planos de mudança da capital para uma nova localidade foram debates recorrentes na primeira metade do século XIX.

Figura 1: região da zona norte de Teresina, bairro Poti velho destacado em amarelo.

¹ Foi governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, de 1793 a 1802. Para mais informações veja: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco/acervo-digital/capitanias/piaui/>. Acesso em: 12 ago. 2020.



Fonte: Google Maps, 2020.

Segundo Dias (2008), naquele momento de debates sobre a mudança da capital a Vila de Parnaíba, localizada no litoral norte do Estado do Piauí, interessou-se em ser sede do governo porque tinha vantagens sobre Oeiras em relação ao seu observável desenvolvimento econômico, populacional e também pela comunicação direta que mantinha com a metrópole. Apesar disso, o plano de Parnaíba se tornar capital não se concretizou.

De acordo com Gandara (2011), um novo governador de nome Anselmo Francisco Peretti² assumiu o governo do Piauí em 1848, logo no ano seguinte ele publicou uma lei que permitiu a transferência da capital para o município do Poti, revogando todas as leis anteriores. A iniciativa não encontrou voz até 1851, quando finalmente ela “[...] se consolidou pautada num projeto político que trazia em seu bojo a ‘utopia’ do desenvolvimento e da modernidade.” (GANDARA, 2011, p. 93).

Anteriormente, no ano de 1850, tomou posse do governo da Província do Piauí a figura que mudou o rumo das coisas e consolidou o projeto de mudança da capital, o José Antônio Saraiva, conhecido como Conselheiro Saraiva. Segundo Dias (2008), no mesmo ano o governante empreendeu uma viagem para a Vila do Poti, Saraiva atestou a inviabilidade do local para receber a instalação da capital, já que a vila se localizava próximo da confluência dos rios Poti e Parnaíba. De acordo com Clodoaldo Freitas (1988), os motivos foram as condições

² Presidiu a província do Piauí entre 1848 e 1849. Para mais informações veja: https://pt.linkfang.org/wiki/Anselmo_Francisco_Peretti. Acesso em 12 ago. 2020.



ambientais e climáticas, a Vila do Poti era suscetível a sofrer com as enchentes dos rios e febres endêmicas que não combinavam com o projeto de modernização da nova capital.

Os planos da mudança se voltaram para outra localidade, “O local situava-se a margem do rio Parnaíba, acima seis quilômetros da foz do rio Poti.” (DIAS, 2008, p. 266). Segundo Dias (2008), a população que residia na Vila do Poti e o padre chamado Mamede Lima escolheram um novo local para a sede, uma fazenda de gado chamada Chapada do Corisco. Em 1851, Saraiva argumentou haver a “[...] existência de mais de trinta casas, e que os moradores do Poti deixavam suas moradias para habitar o local, já denominado de Vila Nova do Poti.” (VILHENA, 2016, p. 98).

A antiga Vila do Poti passou a se chamar Vila Velha do Poti, atual Poti Velho, enquanto o novo foco populacional chamou-se Vila Nova do Poti, atual centro. Nesses moldes, a resolução nº 315 de 21 de julho de 1852 “[...] autoriza a transferência da Capital para a Vila nova do Poti, elevada desde logo à categoria de Cidade, com o nome de Teresina, em homenagem à imperatriz do Brasil, D. Teresa Cristina, esposa de Dom Pedro II.” (DIAS, 2008, p. 269). Ressaltamos que a mudança da sede encontrou oposição dos oieirenses e após a transferência houve certa decadência na antiga capital, comenta Costa (1974).

Na Vila Nova do Poti se ergueu a Igreja Nossa Senhora do Amparo, ela “[...] começou a ser construída por meio de uma subscrição popular, sob os auspícios do dr. Saraiva, em 1851.” (FREITAS, 1988, p. 22) e foi inaugurada no natal de 1852, a primeira construção da capital de Teresina, a igreja deu base para os traçados da cidade que surgiram posteriormente e para a construção de outras edificações.

Enquanto a cidade de Teresina cresceu para além dos limites da Vila Velha do Poti, as contradições dos ideais e investimentos de urbanização em relação aos novos centros ficaram evidentes, “A vila do Poti foi uma referência, no início do povoamento, mas, no final do século XIX, foi submetida à condição periférica com a transferência da sede do poder administrativo para a Vila Nova do Poti.” (SILVAI; SCABELLO, 2013, p. 70).

Como aponta Nascimento (2011, p. 2), “[...] a cidade de Teresina nasceu sob o signo da pobreza.” Os ideais progressistas foram corriqueiramente confrontados pelas grandes massas populacionais pobres que chegaram em Teresina a partir da segunda metade do século XIX. Segundo Araújo (1995), esses migrantes vinham das regiões de seca do nordeste, a chegada na capital resultou em medidas governamentais apoiadas por proprietários de terras para afastá-los do centro da cidade.



O Poti Velho foi local de atração para pessoas pobres que aproveitaram a abundância dos recursos naturais dos rios que possibilitaram a pesca, o pequeno comércio, e mais tarde, a extração de argila, a atividade oleira e cerâmica. “A expansão dos limites territoriais de Teresina submeteu, gradativamente, a região do Poti e Olaria ao esquecimento. A área passou a receber contingentes de população de baixa renda que se dedicaram às atividades de subsistência e comerciais.” (SILVAI; SCABELLO, 2013, p. 70). Tais aspectos da cultura e do cotidiano do bairro Poti Velho ainda hoje são perceptíveis e compõem o cenário do bairro que sofreu um processo de marginalização social, política, urbana e resguardou as dinâmicas locais e tradicionais de seu povo.

Francisco A. do Nascimento (2002) argumenta que durante a segunda metade do século XIX uma preocupação frequente do governo foi a presença de casas cobertas de palha na malha urbana de Teresina, isso resultou em medidas para impedir que as casas fossem cobertas com palha, justificavam que era um material de fácil combustão, mas as medidas também funcionaram para afastar a população pobre das áreas centrais da cidade. Nascimento (2002) aponta que a palha era um material mais acessível à população pobre, por isso, muitas casas continuaram sendo cobertas com palhas e resultou em uma série de incêndios³ na capital.

As casas cobertas com palha persistiram no século seguinte, de acordo com a obra de Nascimento (2002), “Teresina, nos dias que correm, ainda, possui áreas na periferia onde o número de habitações construídas com a palha de coco babaçu é significativo.” (NASCIMENTO, 2002, p. 211). O bairro Poti Velho fazia parte desse contexto até meados da segunda metade da década de 2000, viam-se moradias e oficinas de trabalho cerâmico feitas com taipa, adobe ou madeiras em uma das ruas principais do bairro, como relata a seguir uma habitante do bairro que entrevistamos:

[...] porque aqui era só casebre, a gente morava, não era só eu que morava em casa de palha, todo mundo morava nas “casinhas” de palha, que era barracão, moradia, loja, todo mundo junto, aí através dessa organização, dessa união, dessa força, dessa determinação, a gente conseguiu contribuir com o desenvolvimento de qualidade de vida da gente e com o desenvolvimento da própria comunidade. (SILVA, 2019, s/p).

³ Na década de 1940, durante o Estado Novo, as autoridades policiais classificaram os incêndios como criminosos, isso gerou repressão violenta e o aumento da vigilância policial na cidade de Teresina na busca por culpados que resultaram em torturas, prisões e tentativas de silenciar a imprensa sobre o assunto dos incêndios às casas cobertas de palha. As intensas acusações da autoria intelectual geraram ataques políticos envolvendo autoridades locais, a imprensa e o povo. Para mais informações veja NASCIMENTO (2002).



Por volta da década de 1960, iniciou-se a produção cerâmica artesanal com argila extraída de lagoas próximas aos rios e o trabalho de manufatura era desenvolvido em barracões cobertos por palha ou na casa dos próprios moradores que também tinham essa estrutura precária. A situação perdurou até 2005, quando o governo de Teresina investiu no Polo Cerâmico Artesanal do Poti Velho, uma construção destinada a abrigar o trabalho cerâmico local. De acordo com o Diário Oficial de 5 de julho de 2005 de Teresina, vários casebres ao longo da rua Desembargador Flávio Furtado foram demolidos e faixadas de casas foram restauradas para dar lugar ao polo cerâmico.

Figura 2: À esquerda: imagem do barracão de produção cerâmica artesanal coberto com palha. Foto tirada entre a década de 1990 e 2000. **Fonte:** Acervo Pessoal de Raimunda Teixeira, 2019.

Figura 3: À direita: faixada do Polo Cerâmico Artesanal do Poti Velho.



Fonte: Google Maps, 2020.

Recentemente, em 2008, foi lançado o Programa Lagoas do Norte (PLN), de acordo com a Prefeitura Municipal de Teresina (2019), o PLN tinha o objetivo de interferir na paisagem urbana e ambiental de treze bairros da zona norte, entre eles o Poti Velho, no entanto, desde sua aplicação, que ainda ocorre nos dias atuais, o programa gerou controvérsias. O PLN determinou o fim da extração de argila indiscriminada para produção oleira em 2011, como aponta Lucas Coelho Pereira (2014), e reassentou moradores em situação de risco. As medidas trouxeram em seu bojo discussões sobre os direitos culturais e a retração do trabalho de famílias que viviam apenas das olarias na região que outrora gestou Teresina.

Além disso, entende-se que o governo atuou de modo indiscriminado no trato das potencialidades econômicas da região e não se atentou para os traços culturais e sociais de boa parte da população ribeirinha, pois na década de 2000 percebeu-se o potencial da manufatura cerâmica artesanal, e isso resultou em mudanças urbanas no Poti Velho, como a construção do polo cerâmico e medidas da PLN. “A intervenção do Estado nestes territórios tem se dado



geralmente através de programas e projetos que ‘racionalizam’ estes espaços, adequando-os às normas do modelo.” (ROLNIK, 1995, p. 69).

O pedaço de chão que outrora recebeu Conselheiro Saraiva e foi o local da proposta inicial de instalação da nova sede da capital pelos seus atrativos populacionais e pelas riquezas naturais, a abundância de peixes nos rios, matas com madeiras, plantios de cana, como aponta Dias (2008, p. 264) mencionando as anotações do diário de viagem do ex-governador João Maia da Gama⁴ ao passar pela Barra do Poti 1728, sofreu com a descrença governamental, a pobreza e o esquecimento social, mesmo sendo uma região que dispõe de dinâmicas socioculturais tradicionalmente ricas e muito particulares.

Particularidades socioculturais do Poti Velho

Alguns elementos da cultura e do cotidiano social do Poti Velho são muito particulares dessa região da capital e se diferencia das áreas centrais da cidade, onde os esforços de urbanização se concentraram após a região ser descartada por sua insalubridade em 1850, e cuja renúncia foi responsável por serem erguidos prédios públicos, comerciais e residenciais que afastaram o Poti Velho da paisagem de progresso da cidade de Teresina, fenômeno observado até agora já que o processo de modernização da capital foi desigual e excludente, como aponta Nascimento (2002). Por outro lado, essa fragmentação observada na cidade preservou traços socioculturais dessa região.

A pesca artesanal foi uma das atividades mais tradicionais que se desenvolveram na região do Poti Velho e vigora até hoje no cotidiano do bairro. Nessa área, antes denominada Barra do Poti “[...] surgiram as primeiras ‘fazendas’ e ‘aglomerados de fogos’ – pequenas redes urbanas formadas e que eram habitadas por pescadores, canoieiros e pequenos agricultores – já na segunda metade do século XVIII.” (TERESINA, 2018, p. 14). A atividade proporcionou a subsistência e desenvolvimento do pequeno comércio, no bairro também há um mercado que abriga apenas a comercialização de peixes.

A influência da pesca nessa comunidade se refletiu nas tradições religiosas, nos mitos e lendas da região. A religiosidade do bairro Poti Velho é marcada pelos festejos de São Pedro,

⁴ Foi governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1722 a 1728. Para mais informações veja: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco/acervo-digital/capitanias/piaui/#:~:text=6%20%2D%20Jo%C3%A3o%20da%20Maia%20da,respeito%20a%20este%20%C3%BAltimo%20governador>. Acesso em: 12 ago. 2020.



o santo protetor dos pescadores, “O resgate oral da devoção aponta que início do festejo de São Pedro remonta à década de 1950.” (FREIRE *et al.* 2011, p. 5), os festejos ocorrem de 21 a 29 de junho. Acontece uma missa na igreja local do Poti Velho de Nossa Senhora do Amparo e um cortejo térreo fluvial, os fiéis caminham pelas ruas do bairro carregando a imagem do santo protetor seguido de uma procissão pelas águas em que os moradores seguem em barcos pelos rios com a imagem de São Pedro, iniciando as festividades.

Nota-se que as tradições e cotidiano dos moradores do Poti Velho são influenciados pelas dinâmicas dos rios Poti e Parnaíba. A lenda que deu origem a um monumento em sua homenagem localizado próximo ao encontro dos dois rios também tem sua relação com as águas que banham o bairro. O contexto da lenda Cabeça de Cuia se passa antes de Teresina se tornar capital, na confluência dos rios, onde Crispim, um pescador faminto que não conseguiu trazer peixes para a casa devido às cheias dos rios matou sua mãe com um osso que ela havia cozinhado com água e lhe servido com farinha.

Crispim foi amaldiçoado, condenado a viver vagando pelos rios como monstro com uma grande cabeça em forma de cuia e só poderá se libertar quando devorar sete virgens de nome Maria⁵. “Assumindo a lenda do Cabeça-de-Cuia como patrimônio cultural da cidade, a Prefeitura de Teresina resolveu instituir no ano de 2003 o ‘Dia do Cabeça-de-de-Cuia’, que passou a ser comemorado na última sexta-feira do mês de abril.” (MAGALHÃES, 2011, p. 152).

A posição geográfica próxima aos rios também possibilitou o desenvolvimento da atividade de olaria na região do Poti Velho, “[...] não há registro documental sobre essa atividade até meados do século XX.” (PORTELA, 2005, p. 67). Nas olarias eram produzidos tijolos e telhas para alimentar a construção civil da cidade, o trabalho se deu de modo precário e marginal, a população local praticamente não se beneficiou da atividade porque recebiam misérias. “Lá se dava forma ao barro, a queima em fornos, a secagem com exposição ao sol e estocagem dos tijolos.” (SILVA; NAVARRO, 2020, p. 4).

Essa atividade é muito marcante na tradição oral dos habitantes do bairro, foi um trabalho que concentrou grande contingente de mão-de-obra por volta da segunda metade do século XX e durou até meados de 2011. Eram mulheres, homens, crianças, muitos vieram de outras regiões e, de acordo com Lima (2011), tiveram seu trabalho explorado por pessoas de

⁵ Para mais informações veja LACERDA (2020).



classes superiores que se apropriaram dos terrenos das olarias como donos e não ofereceram nenhuma garantia trabalhista para os verdadeiros oleiros. Algumas das mulheres que entrevistamos trabalharam ainda crianças nas olarias carregando tijolos para sobreviverem.

[...] nós trabalhávamos a semana todinha na olaria, [...] e assim a gente foi se criando lá dentro das olarias, nós trabalhamos muitos e muitos anos desde pequenininha, desde pequena a gente trabalhou nas olarias, aí quando a gente saiu da olaria foi que viemos para cá para o polo. (NASCIMETO, 2019, s/p).

O recente passado oleiro é lembrado pelos habitantes do Poti Velho, nas cerâmicas artesanais produzidas no bairro vemos representações do árduo trabalho que pautou a vida de inúmeras famílias que buscavam sobreviver (ver figura 4). A manufatura cerâmica artesanal teve início por volta da década de 1960, quando “Raimundo Nonato da Paz, ou simplesmente ‘Raimundo Camburão’ que, após ter morado em Rosário do Maranhão, retornou a Teresina trazendo a arte de manejar o barro, que conheceu na antiga cidade.” (LIMA, 2011, p. 88).

Após esse acontecimento, o trabalho cerâmico foi ganhando expressão junto aos habitantes que passaram a aprender as técnicas manuais de produção de potes, filtros e outras peças que foram aprimoradas ao longo dos anos e continuam sendo. Em 1998, “[...] os artesãos organizaram-se politicamente criando a Associação dos Artesãos em Cerâmica do Poti Velho – ARCEPOTI.” (SILVAI; SCABELLO, 2013, p. 76). Após muitas lutas da população por melhorias, em 2006, “[...] o Polo Cerâmico Artesanal do Poti Velho foi inaugurado.” (MONTE, 2016, p. 79). Ao mesmo tempo, “[...] em 2006, foi criada a Cooperativa de Artesanato (COOPERART-Poty), composta somente por artesãs.” (MONTE, 2016, p. 54).

Figura 4: conjunto de bonecas de barro Mulheres do Poti: A mulher das continhas, mulher ceramista, mulher pesqueira, mulher religiosa, mulher oleira.



Fonte: Arquivo pessoal Amanda Lima, 2019.

Na figura 4, temos exemplos das cerâmicas produzidas no Poti Velho. A coleção de bonecas de argila Mulheres do Poti feita pelas ceramistas da COOPERART-Poty, possuem a missão de representar as mulheres habitantes do bairro e suas histórias que são pautadas pelas condições locais. A coleção de bonecas de barro realça a singularidade cultural local do bairro que se desenvolve entre o crescimento urbano e suas características ribeirinhas, recuado dos centros da cidade onde a cultura se massifica e a paisagem vertical ignora a importância dos recursos dos rios Poti e Parnaíba. Com o barro retirado de lagoas nos arredores do Poti Velho, os habitantes registram sua memória e história local que também pertencem à história da cidade de Teresina, permeada por fragmentações simbólicas e territoriais.

Cidade: delimitações territoriais e simbólicas

As disputas dos grupos sociais pelo espaço urbano na cidade fazem surgir contradições que influenciam a memória social dos habitantes da cidade, criam estereótipos, exclusões e desigualdades que afetam mais uns bairros do que outros, por vezes, os fazem desaparecer simbolicamente. Esse é um fenômeno comum nas cidades capitalistas, principalmente quando um bairro se apresenta com certo aspecto independente em relação às dinâmicas do resto da cidade, esse é o caso do Poti Velho.

Michel de Certeau (2012) argumenta que a cidade racionalizada, do ponto de vista urbanístico-utópico, procura promover o controle e o disciplinamento da diversidade dos grupos sociais, essa política planeja a cidade populacional e territorialmente, mas esse processo acontece diferenciando, classificando e excluindo diversas coletividades na urbe e socialmente. Muitos desses grupos ditam seus próprios significados da apropriação do espaço e de habitar.

Com os interesses da modernização, a cidade é repensada para que se adeque a um planejamento político do espaço, o capitalismo apoiou arduamente esses ideais que fundaram



as segregações urbanas no território da cidade. Nesse sentido, os espaços que fogem da cidade racionalizada, estruturalmente e economicamente progressista, são simbolicamente mantidos fora do seu limite, bairros inteiros desaparecem na teia complexa dos significados criados pelas separações urbanas e sociais.

[...] o que vai caracterizar a cidade dividida é, por um lado a privatização da vida burguesa e, por outro, o contraste existente entre este território do poder e do dinheiro, e o território popular. A questão da segregação ganha sob este ponto de vista um conteúdo político, de conflito: a luta pelo espaço urbano. [...] Por outro lado, o próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território popular, base da luta por trabalhadores pela apropriação da cidade. (ROLNIK, 1995, p. 50).

Esses territórios que resistem e são chamados de populares, desenvolvem modos singulares de existência social, suas experiências de trabalho, a organização espacial e social, suas crenças, as dinâmicas cotidianas são marcadas por experiências e significados próprios no contexto da urbe. Silva (2006) argumenta que o tamanho e densidade populacional não define uma cidade, há diferenças na vida social, “A cidade não é resultado de uma soma de partes diferentes, pois, em grande medida, as diferenças se contrapõem e, ao mesmo tempo se ajustam. Diversas atividades e grupos humanos fazem o conjunto da sociedade.” (SILVA, 2006, p. 47).

Essas diferenças e aproximações que fragmentam a cidade podem ser visíveis ou invisíveis, ou seja, podem ser expressas pela sua paisagem urbana, pelas dinâmicas sociais ou pelos discursos dominantes. Essas fragmentações sociais e urbanas podem ser carregadas de estereótipos, preconceitos, resistências, lutas por memória, história e continuidade.

A sociabilidade e o cotidiano das relações sociais criam sentimentos de pertencimento e, ao mesmo tempo, de afastamento da cidade. Sendo a cidade um ambiente que provoca mobilidades, o trilhar cotidiano e comum das pessoas vai construindo “fronteiras simbólicas” que separam, aproximam e vão ordenando as pessoas em categorias e grupos sociais nos seus lugares fixos. (CALVO, 2010, p. 20).

O sentimento de compartilhamento local é o que determina onde o sujeito habita ou não, esse processo não obedece à delimitação dos perímetros impostos politicamente, tais questões também permeiam a complexidade do habitar no bairro. Coelho (2014) comenta que na tradição oral dos habitantes do Poti Velho é comum que eles desconsiderem a delimitação feita pelo governo entre bairros vizinhos por se considerarem de uma mesma porção do território, a do grande Poti Velho. Isso acontece porque



Inicialmente a área pertencia à Vila do Poti depois, tornou-se o bairro Poti velho. Com a expansão urbana e o crescimento populacional, a região foi sendo desmembrada; primeiro, cedeu parte da sua área ao bairro Mafrense; depois ficou conhecida como parte da comunidade São Joaquim e, a partir de 1988, foi constituído, por fim no bairro Olarias. (PORTELA, 2005, p. 60).

Os habitantes se enxergam como pertencentes de uma mesma faixa territorial porque antes do governo municipal fatiar o grande Poti Velho em vários bairros para controlar a cidade com maior eficácia eles já possuíam laços de pertencimento, experiências de vida, trabalho e memórias que lhes deram sentimentos comuns de compartilhamento. Por outro lado, as diferenças se fundam com relação aos outros bairros da cidade, elaborando as diferenças que nem sempre estão distantes, “[...] a fronteira entre um bairro popular e um bairro chique pode ser uma rua, uma rua, ou simplesmente não ser nada muito aparente, mas somente uma imagem, um ponto, uma esquina.” (ROLNIK, 1995, p. 41).

A cidade é desigual, ela exclui socialmente e segrega espacialmente. Muitas vezes, a memória da cidade intenciona o esquecimento de locais marginalizados socialmente, enquanto o concreto é erguido e modificado nos centros, outros locais se perdem na própria cidade. A memória ingênua dos habitantes, falha ao lembrar onde ficam determinados bairros tendo em vista as condições de estranheza que causam os locais que estão longe dos padrões da cidade modernizada feita para passear, comprar e impressionar com altos prédios.

Na cidade é onde se dá as lutas sociais e de memória que, segundo Pollak (1989), faz emergir as memórias de coletividades marginalizadas social e historicamente. “Opondo-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política.” (POLLAK, 1989, p. 8). As memórias dos diversos grupos são instrumentos de poder na complexidade da rede urbana.

De acordo com o sociólogo Halbwachs (2003), a memória é um fenômeno social, mesmo a memória individual é sempre um ponto de vista sobre a memória coletiva, ela reflete os interesses da diversidade de cada grupo social. Logo, em uma cidade existem várias memórias em luta constante por imposição, continuidade e reconhecimento de sua história. Refletir as memórias de moradores do bairro Poti Velho no presente artigo a partir da metodologia oral é um registro para a posteridade, mas também para o fortalecimento de suas lutas no presente.



[...] a história oral, não como uma disciplina, mas como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos em uma dada sociedade. (FERREIRA, 1998, p.12).

A história oral nos dá sua contribuição para entendermos as contradições que permeiam as relações do Poti Velho no seio da cidade Teresina a partir das vivências, experiências e memórias dos habitantes do bairro, buscando um entendimento que permeia seus anseios e ressentimentos como habitantes margeados na confluência dos rios Poti e Parnaíba. A seguir, exploraremos tais questões com mais afinco, mergulhando nas percepções de dentro para fora, do bairro para o resto da cidade.

Onde fica o Poti Velho?

Nossas entrevistas foram feitas com trabalhadoras ceramistas que habitam o Poti Velho, atividade econômica e cultural que domina a paisagem de uma das principais ruas do bairro e abarca centenas de famílias. Por essas pessoas dependerem do comércio de produtos feitos a partir da argila disponível no próprio bairro, elas puderam perceber que muitas vezes o bairro que habitam, e que gestou Teresina, é pouco lembrado pelo resto da cidade, por vezes, ele é esquecido ou desconhecido.

O relato a seguir é de uma trabalhadora ceramista que refletiu as condições dos antigos barracões do Poti Velho que foram demolidos para o início da construção do Polo Cerâmico Artesanal do Poti Velho em 2005, ela reiterou a situação de invisibilidade vivenciada pelo bairro em relação ao poder público e que só mudou com a organização dos habitantes em torno de objetivos em comum.

[...] porque aqui era o primeiro bairro de Teresina, mas era esquecido, o olhar do poder público voltou mais depois da nossa organização, da gente chamar, dizer “estamos aqui, a gente quer apoio”, entendeu, “a gente quer mostrar nossa arte, nós representamos a história dessa cidade”, a gente lutou muito, entendeu, a gente tomava chá de cadeira, [...] a gente estava brigando e a gente conseguiu contribuir. (SILVA, 2019, s/p).

A narrativa da moradora traz uma mistura de indignação e esclarecimento. Ela entendeu que a história do bairro tem um peso sócio-histórico e o esquecimento perante a situação precária do primeiro bairro de Teresina era contraditório. Ela enfatiza que o desenvolvimento



urbano do bairro só aconteceu graças às lutas dos moradores para serem ouvidos pelo governo municipal. Também pensamos que os interesses do Estado de interferir na região só foi possível porque o trabalho cerâmico apresentou seu potencial econômico local, pois a atividade vinha sendo incentivada desde 1998 por instituições públicas e privadas⁶ após ser fundada a ARCEPOTI (Associação dos Artesãos em Cerâmica do Poti Velho).

Pesquisando alguns jornais do início de 2000, percebemos que as lutas para reverter essa marginalização e esquecimento do bairro Poti Velho era antiga, já vinham de alguns anos e tinham objetivos coletivos. O Jornal O Dia⁷ publicado em 24 de fevereiro de 2002, traz um relato que demonstra que os moradores já utilizavam a imprensa para expor suas necessidades e indignação ao poder público, reclamavam de suas estruturas de trabalho que na época eram barracões precários e da necessidade de apoio público: “Estamos lutando, unidos à Prefeitura de Teresina, para conseguirmos o local tão almejado, no sentido de que possamos vender nossa mercadoria e receber melhor o turista que nos procura.” (VANDALOS..., 2002, p. 3).

Outra matéria do Jornal Meio Norte⁸ de 6 de fevereiro de 2002 (TRABALHADORES..., 2002, s/p), aponta que os moradores que compunham a associação de ceramistas já lutavam há muito tempo pela melhoria das condições de trabalho, por uma construção segura que abrigasse a atividade cerâmica e pela urbanização local. Essas reivindicações por mudanças no espaço e das condições de trabalho da produção cerâmica no Poti Velho são representativas das lutas por direitos, cidadania e luta pela cidade, que também convergem nas reivindicações por memória e continuidade.

Mesmo após as conquistas dos habitantes junto ao poder público municipal que mudaram o cenário do bairro e incentivaram o trabalho local, e como exemplo temos o Polo Cerâmico Artesanal do Poti Velho inaugurado em 2006, o bairro Poti Velho ainda continua em certa margem das existências urbanas e da memória social. Segundo os relatos colhidos, ainda é possível perceber que alguma parte do povo teresinense ignora esse local que traz consigo a história primária da capital que o acolhe: “[...] Tem muita gente que mora aqui... às vezes eu digo assim ‘ – eu trabalho no polo’, aí eles ‘ – onde é que fica?’, no centro de artesanato do Poty Velho, ‘ – ah! não sei, nunca fui lá’.” (SILVA, 2019, s/p).

⁶ Com a criação de uma associação de ceramistas em 1998, os habitantes puderam lutar por melhorias no bairro e em suas condições de trabalho. Podemos citar o SEBRAE, UFPI, Fundação Wall Ferraz, SENAI, instituições que acolheram suas reivindicações.

⁷ O jornal O Dia foi fundado em 1951 em Teresina, Piauí.

⁸ Antigo jornal O Estado (1969-1994). O Jornal Meio Norte entrou em circulação em 1995.



O fragmento apresentado acima, colhido na sensibilidade das vivências de uma habitante do Poti Velho, faz perceber que muitas vezes o bairro parece não fazer parte do roteiro de passagem de alguns habitantes de Teresina, pois sequer sabem onde fica. Essa questão é problemática não apenas pelo bairro fazer parte da memória da cidade tendo sido o primeiro foco habitacional que deu origem ao interesse de mudança da capital de Oeiras no século XIX, mas também pela importância cultural local do Poti Velho para a cidade. Para seus habitantes, saber do desconhecimento externo, deixa a sensação do bairro ter se perdido na memória social.

Os habitantes do Poti Velho resguardaram elementos culturais locais que são singulares em meio às características homogeneizantes da cidade capitalista, além de ser relevante para o roteiro turístico da capital. O trabalho de manufatura cerâmica desenvolvido no polo cerâmico permite conhecer um pedaço da memória local, privilegia a história da comunidade, as peças refletem a religiosidade, o cotidiano pesqueiro, os personagens que habitam o bairro, as atividades tradicionais desenvolvidas pelos moradores.

No relato que veremos a seguir, a entrevistada comentou sobre um diálogo que teve com um taxista da cidade, percebemos que mesmo a moradora usando como referência o polo cerâmico, marco urbanístico recente e desde sua construção o local foi amplamente divulgado pelos jornais impressos⁹ e cartilhas de turismo do governo e instituições de apoio¹⁰, o Poti Velho parece viver em posição desprivilegiada na memória dos habitantes de Teresina: “[...] eu ando muito de moto táxi sabe, eu pego o moto táxi... ‘moço, [...] que eu pergunto logo, ‘ – quanto é que você leva eu ali no polo cerâmico?’, ‘ – polo cerâmico?’, ‘ – ali no Poti Velho, polo cerâmico’, ‘ – não’, ‘ – ali onde faz pote’. É desse jeito.” (SILVA, 2019, s/p).

Perguntar sobre o bairro Poti Velho não é o mesmo que perguntar sobre os bairros nobres onde estão os *shoppings*, os bairros que levam nomes de políticos ou os bairros que são conhecidos pelo “perigo”. É importante observar como os locais possuem estereótipos que fomentam sua existência no imaginário dos habitantes da cidade, nesse caso específico, “o bairro onde faz pote” não foi referência suficiente para receber uma resposta positiva. O Poti Velho tem uma história de pobreza que muito tem a ver com o trabalho de subsistência, a

⁹ O Jornal Meio Norte de 28 de setembro de 2006 comentou sobre a inauguração do polo ceramista (ARGILA, 2006..., s/p). Em 09 de março de 2008 outro jornal traz o título “Pólo cerâmico do poty. Valorizando o trabalho da nossa gente!” (PÓLO..., 2008, s/p). Em 23 de fevereiro de 2009 o título do Jornal Meio Norte diz: pólo ceramista vira referência do artesanato piauiense (PÓLO..., 2009, p. A-9).

¹⁰ Uma das fontes a que tivemos acesso é uma cartilha de divulgação do centro de referência do artesanato brasileiro do Rio de Janeiro feita pelo SEBRAE, sem data, mas é possível observar em uma das folhas uma das peças cerâmicas que foi criada no Poti Velho após a construção do polo cerâmico.



economia informal baseada em recursos naturais, com a exploração da força-de-trabalho de homens, mulheres e crianças nas olarias na segunda metade do século XX, sua imagem se rescinde do cenário progressista que atingiu as áreas centrais e isso respinga na memória social.

Cabe ressaltar que, por volta da segunda metade do século XX, o setor da construção civil teve crescente demanda em Teresina “[...] a qual promoveria a exaustão de outras fontes de argila, frente a novas demandas do setor da construção civil.” (MONTE, 2016, p. 53, *in*; Moraes, 2013, p. 104). As olarias que funcionaram no Poti Velho até o ano de 2011, foram exploradas por esse setor exaustivamente, pode-se dizer que a cidade também foi levantada pelo barro extraído do Poti Velho. “A atividade, então, tem um importante papel na construção da cidade.” (MONTE, 2016, p. 53, *in*; Moraes, 2013, p. 104), mesmo assim, ainda parece haver dificuldade em se ouvir falar do bairro pelas ruas do centro. Outra moradora, quando perguntada sobre a frequência dos habitantes teresinenses ao polo cerâmico de artesanato, respondeu:

[...] vem muita gente também [...] ainda tem muitos assim que mora em bairros um pouquinho distante, que às vezes não sabe ainda falar na nossa história, ainda, quando chega assim diz “meu deus, eu moro aqui em Teresina e nunca tive, assim, nunca deu de vim aqui né, o prazer de conhecer o trabalho de vocês, é a primeira vez que eu “tô” vindo aqui [...] muitas vezes [...] tem feira no *shopping*, quando tem assim uma exposição, aí a gente faz o possível às vezes para levar as peças daqui da cooperativa como também dos outros artesãos [...] porque às vezes nem tem muita venda, é só em está expondo para outras pessoas dos outros bairros saberem onde fica. (SANTOS, 2019, s/p).

O relato expõe como a história da comunidade Poti Velho se retrai em meio às lutas por história na tessitura da cidade, mas ao mencionar suas estratégias de divulgação do trabalho cerâmico em *shoppings* e outros eventos, locais que recebem público de todas as zonas da cidade cotidianamente, a moradora expressa que essas lutas por continuidade permanecem vivas e suas formas de resistência são contínuas: o trabalho cerâmico, os eventos religiosos anuais, a extração de argila que ocorre nos arredores do bairro, o repasse para as gerações de suas crenças e lendas. Tudo isso corrobora para que o bairro continue reivindicando sua memória na história.

Chama atenção no relato, o fato a moradora do Poti Velho esclarecer que às vezes não é pela venda, pois as vendas podem não ser frequentes nesses locais, mas pela necessidade de poder expor o seu trabalho para que as pessoas saibam onde o bairro fica e possam ir posteriormente. Há uma necessidade de autoafirmação, não basta o outro conhecer e comprar o produto final de sua cultura material, os habitantes querem que sua história seja repercutida,



o trabalho que desenvolvem requer as pessoas que tenham acesso entendam seus sentidos e esses sentidos estão ligados ao espaço onde habitam, o ofício cerâmico é também um trabalho de identidade e memória.

Toda uma gama de sentimentos e ressentimentos pautam os relatos que apresentamos. “Onde fica o bairro?” pode ser uma pergunta comum que qualquer outro bairro está sujeito, mas observamos que a carga histórica, territorial e cultural singular do Poti Velho faz a frase inquietar seus habitantes. Essa marginalização e esquecimento, por vezes, sentida pelos habitantes em suas relações cotidianas com a população teresinense de outras regiões, e que estão presentes nos relatos que apresentamos, repercutem em suas memórias constituídas por experiências de desigualdade e pobreza.

Observamos que essa desigualdade permanece mesmo com as conquistas e dinamizações no âmbito urbano, social e cultural do bairro. Ainda há uma linha imaginária que separa o Poti Velho do resto de Teresina, por mais que historicamente Teresina tenha nascido do bairro. Ao mesmo tempo, essa linha preserva no bairro uma atmosfera particular. Ressentimentos e revoltas surgem na narrativa dos seus habitantes, que parecem reconhecer que o dinamismo do bairro não existe em nenhuma outra parte cidade. A memória que os inspira pode e deve ser repassada do Poti Velho para Teresina inteira.

Considerações finais

Cultural, territorial e historicamente, o bairro Poti Velho é muito rico. As dinâmicas dos rios Poti e Parnaíba ainda são capazes de influenciar a vida social de seus habitantes, isso ocorre desde os tempos mais remotos e ainda hoje, mesmo com as mudanças e projetos utópicos progressistas que afastaram o bairro cada vez mais dos centros urbanizados. As contradições que esfrelam a urbe nos fazem perceber que dentro de uma cidade existem muitas, diversas cidades. Muitas delas lutam para sobreviver em meios ao dinamismo que a cidade moderna adquiriu, elas lutam pela própria cidade e por memória.

Os habitantes do Poti Velho perceberam cedo que precisavam lutar para terem direitos atendidos pelo poder público e mesmo conseguindo modificar o cenário precário do bairro ainda convivem com o espectro do desconhecimento de sua importância para a história, memória, cultura, e mais recentemente, o turismo da cidade. O trabalho de manufatura cerâmica que os habitantes desenvolvem usando argila recolhida nos arredores do bairro é uma



ferramenta empunhada pelos habitantes para burlar a marginalização social, histórica e memorial a que foram submetidos no processo de modernização da capital Teresina.

Referência bibliográficas

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino. **Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para a investigação histórica: Culturas, memórias e territórios da cidade. In: **Dossiê: Fontes Orais – Perspectivas de investigação. História e Perspectivas**, Uberlândia (42): 11-29, jan.jun.2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de Fazer**. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Editora Artenova S.A, 1974.

DIAS, Cid de Castro. **PIAUHY: Das origens à nova capital**. Piauí: Nova Expansão Gráfica & Editora Ltda, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenação); Abreu, Alzira Alves de... [et al]. **ENTREVISTAS: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 316.

FREIRE, Ana Isabel et al. Viva São Pedro: uma análise folkcomunicacional dos Festejos de São Pedro no bairro Poty Velho em Teresina (PI). **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Maceió, jun. 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2011/resumos/R28-0941-1.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2019.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. **História (São Paulo)**, São Paulo, v.30, n.1, p. 90-113, jan./jun. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010190742011000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 dez. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro. 2003.



LACERDA, Naziozênio Antonio. A interação comunicativa na lenda do cabeça de cuia: um estudo na perspectiva da ecolinguística. **Travessias**, Cascavel, v. 14, n. 1, p. 198-217, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.unioeste.br/travessias>. Acesso em: 11 mar. 2020.

LIMA, Ana Maria De. **Saúde e Segurança do Trabalhador do Barro em Arranjos Produtivos Locais: O caso do artesanato de barro nos bairros Olarias e Poti Velho na cidade de Teresina – Piauí**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/104291>. Acesso em: 14 mai. 2020.

MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. A lenda do Cabeça-de-Cuia: estrutura narrativa e formação do sentido. **Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**. V. 7, n. 1. p. 151-160. Jan./jun. 2011. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/download/1920/1216/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MELO, C. Teresina e seus primeiros povoadores. **Cadernos de Teresina**. Teresina, nº 15, p. 12-15, dez. 1993.

MONTE, Catarina Nery da Cruz. **Artesanato Ceramista e Direitos Culturais Frente ao Programa Lagoas do Norte no Poti Velho em Teresina-PI: Quais Diálogos?**. 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/636/1.DISSERTA%C3%87%C3%83O%20CATARINA%20NERY%20FINAL%20%281%29.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 mai. 2020.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

_____. Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300477414_ARQUIVO_Teresinamodernaanpuh2011.pdf. Acesso em: 11 mai. 2020.

PEREIRA, Lucas Coelho. **A canoa, o barro e o santo: memória e marcadores identitários no Poti Velho, Teresina-PI**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 21 dez. 2019.

PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. **Extração de argila e suas implicações socioeconômicas e ambientais no bairro Olarias, em Teresina**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>. Acesso em: 22 dez. 2019.



ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. Série Primeiros Passo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SILVA, Amanda L; NAVARRO, Alexandre. Mulheres do Poti: transformação cerâmica e representações femininas no Poti Velho, Teresina, Piauí. **Rev. Hist. UEG**, Morrinhos, v.9, n.2, e-922012, jul./dez. 2020.

SILVAI, Suianny Alves; SCABELLO, Andréa Lourdes Monteiro. O Poti Velho: Uma Abordagem Etnoarqueológica. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 2, art. 4, p. 66-83, abr./jun. 2013. Disponível em: www2.fsanet.com.br/revista. Acesso em: 14 mai. 2019.

SILVA, Maria Nilza. **Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo**. 1. ed. Fundação Cultural Palmares: Brasília, 2006.

VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. **Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852)**. 2016. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17281>. Acesso em: 19 set. 2019.

Fontes

ARTESÃOS do Poti Velho vencem a pobreza. **Diário Oficial do Piauí**, Teresina, ano LXXIV, n. 125, p. 001, 20 jul. 2005. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php?dia=20050705>. Acesso em: 21 dez. 2019.

CARCARÁ, Socorro. Argila molda nova vida para ceramistas. **Jornal Meio Norte**, 28 set. 2006, s/p. Disponível no acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em: 26 set. 2019.

FONTELE, Elias. Vândalos causam prejuízos aos artistas. **Jornal O dia**, 24 fev. 2002, p. 3. Disponível no acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em: 26 set. 2019.

GOMES, Neïça. Pólo ceramista vira referência do artesanato piauiense. **Jornal Meio Norte**, 23 fev. 2009, p. A-9. Disponível no acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em: 26 set. 2019.

PÓLO cerâmico do poty. valorizando o trabalho da nossa gente!. **Jornal O Dia**, s/p, 09 mar. 2008. Disponível no acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em: 26 set. 2019.

NASCIMENTO, Maria de Lourdes R. do. Entrevista concedida a Amanda Lima da Silva. Teresina, 15 dez. 2019.

SANTOS, Antônia Lisboa da Silva. Entrevista concedida a Amanda Lima da Silva. Teresina, 14 dez. 2019.

SILVA, Raimunda Teixeira Da. Entrevista concedida a Amanda Lima da Silva. Teresina, 14 dez. 2019.



SILVA, Neli M. Soares da. Entrevista concedida a Amanda Lima da Silva. Teresina, 15 dez. 2019.

TRABALHADORES vão ganhar galpão para estocagem. **Jornal Meio Norte**, s/p, 06 fev. 2002. Disponível no acervo pessoal de Raimunda Teixeira da Silva. Acesso em: 26 set. 2019.

TERESINA (Município). **Estudo Antropológico Programa Lagoas do Norte – ETAPA II**. São Paulo: Plan Avaliação; Avaliação, Monitoramento, Pesquisa Social, 2018. Disponível em: Acesso em: 23 mai. 2019. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/09/Estudo-Antropol%C3%B3gico.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2020.

TERESINA (Município) Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (Teresina). **Perfil dos bairros: Poti Velho**. Teresina: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, 2018. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/06/POTI-VELHO-2018.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2019.

TERESINA (Município) Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (Teresina). **Programa lagoas do norte – plano de reassentamento involuntário, edital 3 – Porção Sudoeste da Lagoa dos Oleiros**. Teresina: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, 2019. Acesso em: 27 mai. 2020.

Amanda Lima

Recebido em 01 de setembro de 2020

Aprovado em 10 de dezembro de 2020